

Presidente da comissão instaladora do Hospital do Litoral Alentejano (de Agosto de 2003 a Fevereiro de 2006);

Assessor principal do quadro da Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (de Fevereiro de 2006 a Março de 2007);

Director de serviços de Informação, Gestão e Administração da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em regime de substituição (desde Março de 2007);

Subdirector-geral dos Recursos Florestais, desde 1 de Março de 2008.

Despacho n.º 22918/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director nacional da Autoridade Florestal Nacional o licenciado Paulo José Vaz Rainha Mateus.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2008.

29 de Agosto de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Nota curricular

Paulo José Vaz Rainha Mateus, nasceu em 28 de Maio de 1970 e é licenciado em Engenharia Florestal pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real. Pós-graduou-se no ano de 1995 em Gestão dos Recursos Florestais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Actividade profissional:

A sua experiência profissional começou na Finlândia no Verão de 1991 como trabalhador agro-florestal;

De 1994 a 1995, foi assistente de investigação no Departamento Florestal, Sector de Fogos, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real;

De 1995 a 1996, no Instituto Florestal, trabalhou como analista técnico-financeiro de projectos co-financiados pela Comunidade Europeia; Desde 1996 tem sido formador de proprietários florestais em questões relacionadas com a temática dos incêndios florestais;

De 1997 a 2003 foi gestor do projecto «Protecção da Floresta contra Incêndios — Reg. (CEE) n.º 2158/92», da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;

De 1997 a 2003 foi o coordenador de 39 postos de vigia e quatro centros de prevenção e detecção;

Em 1998 visitou o National Interagency Fire Centre, Boise, Idaho, Estados Unidos da América, tendo por objectivo obter conhecimentos de gestão organizacional;

Desde 1997 realizou inúmeras acções de fogo controlado na região Norte do País;

Em 2001 participou no curso «Application of Prescribed Fire» na Florida, EUA, onde obteve o certificado do National Interagency Prescribed Fire para utilização da técnica do fogo prescrito;

Desde 2002 tem sido formador de técnicos superiores florestais em fogo controlado;

Entre 2003 e 2004 foi chefe da Divisão de Protecção e Conservação Florestal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, no Porto;

Desde 2004 tem sido formador de técnicos superiores florestais em matérias de defesa da floresta contra incêndios;

Entre 2004 e 2005 foi chefe da Divisão Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Em 2005 participou num curso de fogo controlado no sul de França;

De Outubro de 2005 a Março de 2006 desenvolveu assessoria técnica de defesa da floresta contra incêndios na circunscrição florestal do Norte;

Desde Abril de 2006 que é subdirector-geral dos Recursos Florestais com competências no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

Despacho n.º 22919/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director nacional da Autoridade Florestal Nacional o licenciado João Alexandre da Silva Rocha Pinho.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2008.

29 de Agosto de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Nota curricular

João Alexandre da Silva Rocha Pinho nasceu em 19 de Junho de 1970 em Ílhavo (São Salvador).

É mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa, em 2000, e licenciado em Engenharia Florestal (ramo Produção Florestal), em 1994, pelo Instituto Superior de Agronomia. Possui, ainda, formação avançada em Gestão e Recuperação de Áreas Ardidas, Fitossociologia, Concepção e Gestão de Projectos, Modelação de Ecossistemas Florestais e Análise e Controlo de Projectos Florestais.

Funções desempenhadas:

Desde Março de 2007, director de serviços de Defesa da Floresta contra Incêndios, na Direcção-Geral dos Recursos Florestais;

2006-2007 — técnico superior da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, exercendo as funções de coordenador do Gabinete de Apoio aos Gabinetes Técnicos Florestais e Planeamento DFCI;

2004-2006 — encarregado de missão da Equipa de Reflorestação (MADRP) e presidente do Conselho Nacional de Reflorestação;

1994-2004 — técnico superior do Instituto Florestal e da Direcção-Geral das Florestas, nas áreas do planeamento e projectos florestais, ordenamento do território e conservação da natureza;

Coordenador do grupo de trabalho n.º 1 — PROF/PGF de regulamentação da Lei de Bases da Política Florestal (1996-1997), da Comissão Técnica do Gabinete de Coordenação dos PROF (2000-2003) e na equipa de coordenação da Reforma Estrutural do Sector Florestal (no âmbito da Secretaria de Estado das Florestas, 2003-2004);

1994 — bolseiro de investigação no Instituto Superior de Agronomia, na área de cartografia de risco de incêndio florestal;

Publicou artigos e capítulos técnicos nas áreas da defesa da floresta contra incêndios e do planeamento florestal e do território.

Despacho n.º 22920/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director nacional da Autoridade Florestal Nacional o licenciado António Eduardo Ferreira Gravato.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2008.

29 de Agosto de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Nota curricular

António Eduardo Ferreira Gravato, nascido em 14 de Março de 1954, é licenciado em Engenharia Silvícola pelo Instituto Superior de Agronomia (1978).

Actividade profissional:

Trabalhou na área das operações de exploração florestal na empresa de celulose CELBI (1978);

Bolseiro num curso de especialização na Universidade de Aas, na Noruega, tendo participado em diversos cursos técnico-profissionais em exploração florestal (1979);

Colaborou com técnicos da FAO na assistência ao Projecto Florestal do Banco Mundial (1980);

Em 1984 toma posse como responsável do Centro de Operações e Técnicas Florestais, sediado na Lousã, unidade orgânica da Direcção-Geral das Florestas e que resultou do Acordo de Cooperação Luso-Norueguês;

Foi designado elemento de representação da Direcção-Geral das Florestas em diversos seminários internacionais das Nações Unidas;

Subdirector Regional de Agricultura da Beira Litoral, de 1996 até 1999;

Delegado do Centro da CNEFF, unidade orgânica do Ministério da Administração Interna, tendo competência sobre uma área territorial correspondente a sete distritos, 2001-2003;

Manteve-se desde a extinção da CNEFF, em 2003, em regime de requisição no Ministério da Administração Interna, sendo integrado no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e prestando serviço no CDOS — Centro Distrital de Operações de Socorro de Coimbra, onde tem gerido o conhecimento remanescente dos ex-programas da CNEFF,

nomeadamente no âmbito das infra-estruturas florestais, vigilância móvel motorizada e sapedores florestais, tendo sido o responsável ao nível nacional pela concepção e acompanhamento do Programa de Vigilância Aérea, que é gerido no CDOS de Coimbra;

Colaborou no Verão de 2004 no trabalho ao nível nacional promovido pela iniciativa COTEC de levantamento e caracterização da rede nacional de postos de vigia;

Em 2 de Maio de 2005 toma posse como director da Circunscrição Florestal do Centro, conforme o despacho n.º 10 841/2005 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, n.º 93, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005;

Em 16 de Outubro de 2006 toma posse como administrador no Centro Biomassa para a Energia — Miranda do Corvo.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 22921/2008

Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o mestre Luís Filipe Gomes Lopes para o exercício de funções de assessoria técnica no meu Gabinete, nas áreas da sua especialidade, para o efeito requisitado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com efeito a partir desta data.

O nomeado auferirá uma remuneração equivalente à de adjunto de gabinete, incluindo despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e de refeição.

Os encargos decorrentes do presente despacho são suportados com recurso ao orçamento da Autoridade Florestal Nacional.

1 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Despacho n.º 22922/2008

Os terrenos comunitários são, no universo florestal, um património valioso e um importante espaço de actividades silvícolas. Nos últimos anos foram sendo promovidas políticas que, nem sempre, tiveram uma linha clara de actuação e que impediram, em muitas circunstâncias, a afirmação dos «baldios» enquanto espaços florestais geradores de bens e serviços fundamentais para as comunidades locais e para o País. Num momento tão relevante, que tem no Programa de Desenvolvimento Rural e na Estratégia Nacional para as Florestas, o centro da afirmação de uma nova política florestal, importa olhar para o universo dos baldios na perspectiva da valorização florestal, da qualificação da gestão, da certificação e da incorporação das melhores práticas. Constatando esta realidade, entende o Governo que importa a concretização de um Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários, programa esse que identifique estrangulamentos e encontre soluções para os problemas que hoje se vivem.

Tendo em conta o que se referiu, determino:

1 — É criada a Comissão para a elaboração do Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (PNVTC) que funcionará na dependência do presidente da Autoridade Florestal Nacional.

2 — A Comissão é coordenada pelo mestre Luís Filipe Gomes Lopes.

3 — O coordenador da Comissão apresentará, no prazo de 45 dias, ao presidente da Autoridade Florestal Nacional, uma proposta de equipa técnica de suporte à missão da Comissão.

4 — A Comissão deverá incorporar elementos das estruturas representativas do universo dos baldios e, sempre que se mostre necessário, elementos de serviços e municípios onde se situam territórios baldios.

5 — O coordenador do PNVTC apresentará ao presidente da AFN, no prazo de 180 dias, uma proposta de trabalho, devidamente calendarizada, onde se reflectirão as áreas de intervenção.

6 — A Comissão deverá apresentar um primeiro relatório, para discussão pública, no prazo de um ano.

1 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 22923/2008

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para minha secretária Maria La Salete Brito Tavares Almeida Pereira Silva, assistente administrativo principal.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2008.

29 de Agosto de 2008. — A Secretária-Geral, *Lúisa Dangues Tomás*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 22924/2008

Atendendo à necessidade e urgência de imprimir e garantir maior celeridade às decisões respeitantes aos procedimentos administrativos, ao abrigo do artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego no dirigente Eng.º Bernardino Santos Mota, Chefe de Divisão de Vitivinicultura o exercício das competências, dentro da área de jurisdição da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, atribuídas pelo artigo 14.º da Portaria n.º 701/2008, de 29 de Julho, a qual estabelece as normas complementares de execução do regime de arranque das vinhas, nos termos do capítulo III do título V do Regulamento (CE) n.º 479/2008, do Conselho, de 29 de Abril, e do capítulo III do título IV do Regulamento (CE) n.º 555/2008, da Comissão, de 27 de Junho.

Delego ainda, ao abrigo do n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no Coordenador do Núcleo de Vitivinicultura, do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro, Mário António Monteiro de Sousa, Técnico Superior Principal da carreira de Engenheiro a assinatura da correspondência ou de expediente necessário à mera instrução processual no âmbito das competências objecto deste despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2008, ficando por este meio ratificados os actos praticados pelos supracitados responsáveis, no âmbito dos poderes ora delegados, até à data da sua publicação.

21 de Agosto de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 22925/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 2.º Grau — Chefe de Divisão de Inovação e Mercados — constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no Público, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a candidata, Manuela de Jesus Pereira Condado.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, a candidata, Manuela de Jesus Pereira Condado, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Inovação e Mercados, o Licenciado, Manuela de Jesus Pereira Condado, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 2008-08-25.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota curricular

Dados Pessoais — Manuela de Jesus Pereira Condado, casada, nascida em 25-06-1965, natural de Bragança e residente na Rua Eng.º José Beça, n.º 39, 5300 Bragança

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Agrícola

Formação Profissional:

Formações em vários domínios: Higiene e Segurança Alimentar, Auditorias, Procedimento Administrativo, Direito das Contra-ordenações, Avaliação de Desempenho na Função Pública, Planeamento e Controlo de Gestão, Fruticultura, Protecção Integrada, Desenvolvimento Rural e Informática (1988-2007).

Curso de Formação em Gestão Pública — FORGEP (2006).

Experiência Profissional:

Técnica Superior da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM), na Zona Agrária da Terra Fria (1988-1997).